



ACRISD

Associação para Coesão, Resiliência, Inclusão Social e Desenvolvimento

PLANO ESTRATÉGICO 2026–2030

Instrumento de orientação estratégica, programática e institucional para o ciclo 2026–2030

Sede: Cidade de Pemba, Província de Cabo Delgado, Moçambique

Correio electrónico: acrisd@acrisd.org

Maio de 2026

Versão	Data	Elaborado por	Verificado por	Aprovado por
01	Maio 2026	Direcção Executiva	Conselho Fiscal	Assembleia Geral

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. OBJECTIVOS, MISSÃO, VISÃO E VALORES.....	6
OBJECTIVO GERAL.....	6
MISSÃO	6
VISÃO.....	6
VALORES.....	6
3. ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL DA ACRISD	7
4. PILARES ESTRATÉGICOS	11
PILAR 1 – COESÃO SOCIAL E CONSTRUÇÃO DA PAZ.....	11
PILAR 2 – RESILIÊNCIA CLIMÁTICA E GESTÃO DE RISCOS	12
PILAR 3 – INCLUSÃO SOCIAL E PROTECÇÃO	13
PILAR 4 – DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E MEIOS DE VIDA	14
PILAR 5 – GOVERNAÇÃO LOCAL E PARTICIPAÇÃO CÍVICA	15
PILAR TRANSVERSAL – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	16
5. PLANO OPERACIONAL 2026–2030.....	18
6. MONITORIA E AVALIAÇÃO – QUADRO LÓGICO	20
7. GESTÃO DE RISCOS	27
8. ANÁLISE FOFA (FORÇAS, OPORTUNIDADES, FRAQUEZAS E AMEAÇAS)	29
9. POLÍTICA INTEGRADA DE SALVAGUARDAS, GÉNERO E PSEA DA ACRISD	30
10. PLANO DE SUSTENTABILIDADE INSTITUCIONAL DA ACRISD	32
11. CONCLUSÃO.....	34

1. INTRODUÇÃO

A criação da Associação para a Coesão, Resiliência, Inclusão Social e Desenvolvimento (ACRISD) ocorre num momento decisivo para Moçambique e, particularmente, para a província de Cabo Delgado. O país enfrenta desafios simultâneos de natureza humanitária, social, económica, climática e institucional, que exigem respostas integradas, sustentáveis e centradas nas comunidades.

Desde 2017, Cabo Delgado tem sido palco de um conflito armado que provocou deslocamento massivo, destruição de infra-estruturas e fragmentação do tecido social. Segundo o OCHA (2024), “mais de 800.000 pessoas foram deslocadas internamente em Cabo Delgado, Niassa e Nampula, com impactos severos na coesão social e nos meios de vida”. A violência prolongada deteriorou relações comunitárias, enfraqueceu estruturas tradicionais e aumentou vulnerabilidades sociais.

O ACLED – Armed Conflict Location & Event Data (2023) destaca que “a instabilidade prolongada criou tensões entre deslocados e residentes, agravou desigualdades e aumentou riscos de radicalização juvenil”. Este contexto reforça a necessidade de iniciativas de construção da paz, diálogo comunitário e prevenção do extremismo violento, pilares centrais da ACRISD.

No plano social, Moçambique continua entre os países com menor Índice de Desenvolvimento Humano. O Relatório de Desenvolvimento Humano da ONU (2023) sublinha que “as desigualdades persistentes afectam desproporcionalmente mulheres, jovens e pessoas com deficiência”. Em Cabo Delgado, estas vulnerabilidades são agravadas pelo conflito e pela fragilidade dos serviços sociais.

O MGCAS – Ministério do Género, Criança e Acção Social (2024) afirma que “a protecção social ainda não cobre a maioria das famílias vulneráveis, especialmente em zonas afectadas por conflitos e choques climáticos”. A ACRISD responde a esta lacuna com foco em inclusão social, protecção e empoderamento comunitário.

No plano económico, o conflito destruiu meios de vida, interrompeu cadeias de valor e agravou o desemprego juvenil. O Banco Mundial (2023) indica que “mais de 60% dos jovens moçambicanos estão fora do emprego formal, e a falta de oportunidades aumenta riscos de marginalização e violência”. A ACRISD surge para promover formação profissional, empreendedorismo e economia verde, contribuindo para uma economia local mais inclusiva.

No plano ambiental, Moçambique é um dos países mais vulneráveis do mundo a choques climáticos. O INGD (2024) destaca que “ciclones, cheias e secas afectam milhões de pessoas todos os anos, destruindo infra-estruturas, culturas e meios de vida”. Cabo Delgado enfrenta erosão costeira acelerada, destruição de mangais e insegurança alimentar. A ACRISD integra acções de resiliência climática, DRR e adaptação costeira, alinhadas ao Pilar 4 do PQG 2025-2029.

No plano institucional, a governação local enfrenta limitações de capacidade, transparência e participação comunitária. O PQG 2025-2029 enfatiza que “a boa governação e a participação cidadã são essenciais para o desenvolvimento sustentável e a paz social”. A ACRISD responde a esta prioridade através de monitoria social, orçamento participativo e fortalecimento de conselhos comunitários. Assim, a ACRISD nasce com três fundamentos estratégicos:

a. Necessidade de uma abordagem holística

Os desafios de Cabo Delgado são interligados - conflito, pobreza, clima e exclusão social não podem ser tratados isoladamente.

b. Alinhamento com prioridades nacionais e internacionais

A ACRISD está alinhada com:

- PQG 2025-2029
- ODS 1, 5, 8, 10, 13 e 16
- Estratégia Nacional de Adaptação Climática
- Quadro Humanitário da ONU para Moçambique

c. Necessidade de uma organização local forte

Organizações locais são essenciais para:

- Acesso comunitário
- Sustentabilidade
- Confiança social
- Continuidade das intervenções

2. OBJECTIVOS, MISSÃO, VISÃO E VALORES

Objectivo Geral

Contribuir para o fortalecimento da coesão social, da resiliência comunitária e da inclusão social, promovendo o desenvolvimento sustentável e participativo das comunidades, por meio de acções integradas que reforcem a protecção, a governação local, os meios de vida e a capacidade institucional para enfrentar desafios sociais, económicos e ambientais de forma digna e equitativa.

Missão

Promover a coesão social, resiliência comunitária, inclusão e desenvolvimento sustentável, fortalecendo capacidades locais e garantindo que todas as pessoas, especialmente as mais vulneráveis, participem de forma activa e segura nos processos de transformação social.

Visão

Ser uma referência nacional e regional em iniciativas que integram protecção, inclusão e sustentabilidade, contribuindo para comunidades resilientes, solidárias e capazes de enfrentar desafios sociais, económicos e ambientais com dignidade e equidade.

Valores

Valor	Significado
Coesão	Trabalhar em união, promovendo diálogo e colaboração entre comunidades e instituições.
Resiliência	Fortalecer capacidades locais para enfrentar crises e reconstruir de forma sustentável.
Inclusão Social	Garantir igualdade de oportunidades e respeito pela diversidade.
Desenvolvimento Sustentável	Integrar crescimento económico, justiça social e protecção ambiental.
Transparência e Ética	Atuar com responsabilidade, integridade e prestação de contas.
Empoderamento Comunitário	Valorizar o protagonismo das pessoas e das comunidades nas decisões que as afectam.

3. ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL DA ACRISD

O organograma da ACRISD representa a estrutura hierárquica e funcional da organização, evidenciando os níveis de decisão, gestão e execução das suas actividades. Foi concebido para garantir transparência, eficiência e coordenação entre os diferentes órgãos e unidades, assegurando que cada componente contribua para o alcance dos objectivos estratégicos definidos no Plano 2026–2030.

- Assembleia Geral

É o órgão máximo de decisão da ACRISD. Compete-lhe aprovar os planos estratégicos, relatórios anuais, contas e políticas institucionais, bem como eleger e exonerar os órgãos sociais. A Assembleia Geral define as orientações gerais da organização e assegura a sua conformidade com os estatutos e princípios fundadores.

- Conselho Fiscal

Órgão externo de fiscalização financeira e administrativa, independente da linha hierárquica de gestão. Garante a transparência na gestão dos recursos, realiza auditorias internas e emite pareceres sobre relatórios financeiros e de actividades. Liga-se à Assembleia Geral por uma via funcional — e não hierárquica —, em pé de igualdade com o Conselho Jurisdicional.

- Conselho Jurisdicional

Órgão externo responsável pela ética e disciplina institucional, igualmente independente da linha hierárquica de gestão. Aprecia questões disciplinares, vela pelo cumprimento do Código de Conduta e das políticas de salvaguardas, e liga-se à Assembleia Geral por uma via funcional, em pé de igualdade com o Conselho Fiscal.

- Conselho de Direcção

Órgão de administração, direcção e representação da Associação perante terceiros, responsável por definir a orientação estratégica entre Assembleias Gerais e por assegurar o cumprimento dos Estatutos e do Regulamento Interno. Do Conselho de Direcção dependem a Direcção Não Executiva e a Direcção Executiva.

- Direcção Não Executiva

Presta aconselhamento estratégico e apoio à governação da Associação, numa função consultiva e de fiscalização estratégica, sem competências de gestão corrente nem interferência na administração diária.

- Direcção Executiva

É o órgão de gestão operacional e estratégica da ACRISD, responsável pela implementação das decisões do Conselho de Direcção, pela coordenação das equipas, pela representação institucional e pela articulação com parceiros, doadores e autoridades. Supervisiona directamente a Coordenação de Programas.

- Coordenação de Programas

Assegura a coerência técnica e estratégica de todo o portefólio de programas da ACRISD, garantindo o alinhamento das intervenções com o presente Plano Estratégico. Supervisiona directamente a Coordenação de Projectos e mantém uma ligação funcional directa com os seis pilares estratégicos, complementar à via hierárquica:

1. Pilar 1 – Coesão Social e Construção da Paz
2. Pilar 2 – Resiliência Climática e Gestão de Riscos
3. Pilar 3 – Inclusão Social e Protecção
4. Pilar 4 – Desenvolvimento Económico e Meios de Vida
5. Pilar 5 – Governação Local e Participação Cívica
6. Pilar Transversal – Fortalecimento Institucional

Cada pilar é coordenado por um Oficial de Programa, que assegura a execução das actividades e o cumprimento dos indicadores definidos, sob supervisão operacional directa da Coordenação de Projectos.

- Coordenação de Projectos

Assegura a gestão operacional do ciclo de projectos da ACRISD, articulando directamente as seis unidades funcionais e os seis pilares estratégicos na implementação das actividades no terreno. Reporta à Coordenação de Programas e mantém articulação directa com os Coordenadores Distritais.

- Unidade de MEAL (Monitoria, Avaliação, Accountability e Aprendizagem)

Responsável por garantir a qualidade técnica e a medição de impacto das intervenções. Desenvolve sistemas de recolha e análise de dados, relatórios de desempenho, mecanismos de feedback e aprendizagem institucional.

- Unidade de Protecção e Salvaguardas

Assegura a aplicação das políticas de protecção, ética e salvaguardas (PSEA, protecção infantil, anticorrupção e código de conduta). Promove formação contínua e mecanismos de denúncia seguros e confidenciais.

- Unidade de Finanças e Administração

Responsável pela gestão financeira, contabilidade, compras e logística administrativa. Garante conformidade com normas fiscais e auditorias, assegurando uso eficiente e transparente dos recursos.

- Unidade de Recursos Humanos

Cuida da gestão de pessoal, recrutamento, formação e bem-estar da equipa. Implementa políticas de desempenho, planos de carreira e desenvolvimento de competências.

- Unidade de Comunicação e Parcerias

Promove a visibilidade institucional e articulação estratégica com parceiros, doadores e redes da sociedade civil. Coordena campanhas, materiais de comunicação, redes sociais e relações-públicas.

- Unidade de Operações e Logística

Garante o apoio operacional e logístico às equipas de campo. Responsável por transporte, segurança, armazéns, suprimentos e gestão de recursos materiais.

Nível de Campo

A estrutura operacional descentralizada da ACRISD é composta por:

- Coordenadores Distritais: supervisionam a implementação local e articulam com autoridades distritais
- Oficiais de Campo: executam actividades dos pilares junto às comunidades
- Mobilizadores Comunitários: promovem engajamento, sensibilização e participação comunitária

O organograma da ACRISD reflecte uma estrutura integrada e participativa, que combina governação democrática, gestão técnica e presença comunitária. Os órgãos externos de fiscalização e ética — Conselho Fiscal e Conselho Jurisdicional — ligam-se à Assembleia Geral por linhas funcionais, salvaguardando a sua independência face à gestão executiva. De igual modo, a Coordenação de Programas mantém uma ligação funcional directa com os pilares estratégicos, e os pilares estratégicos articulam-se funcionalmente com as unidades técnicas, garantindo apoio técnico e coordenação transversal para além das linhas hierárquicas de comando. Esta configuração assegura eficiência operacional, transparência institucional e impacto sustentável, alinhando-se aos princípios de coesão, resiliência, inclusão e desenvolvimento.

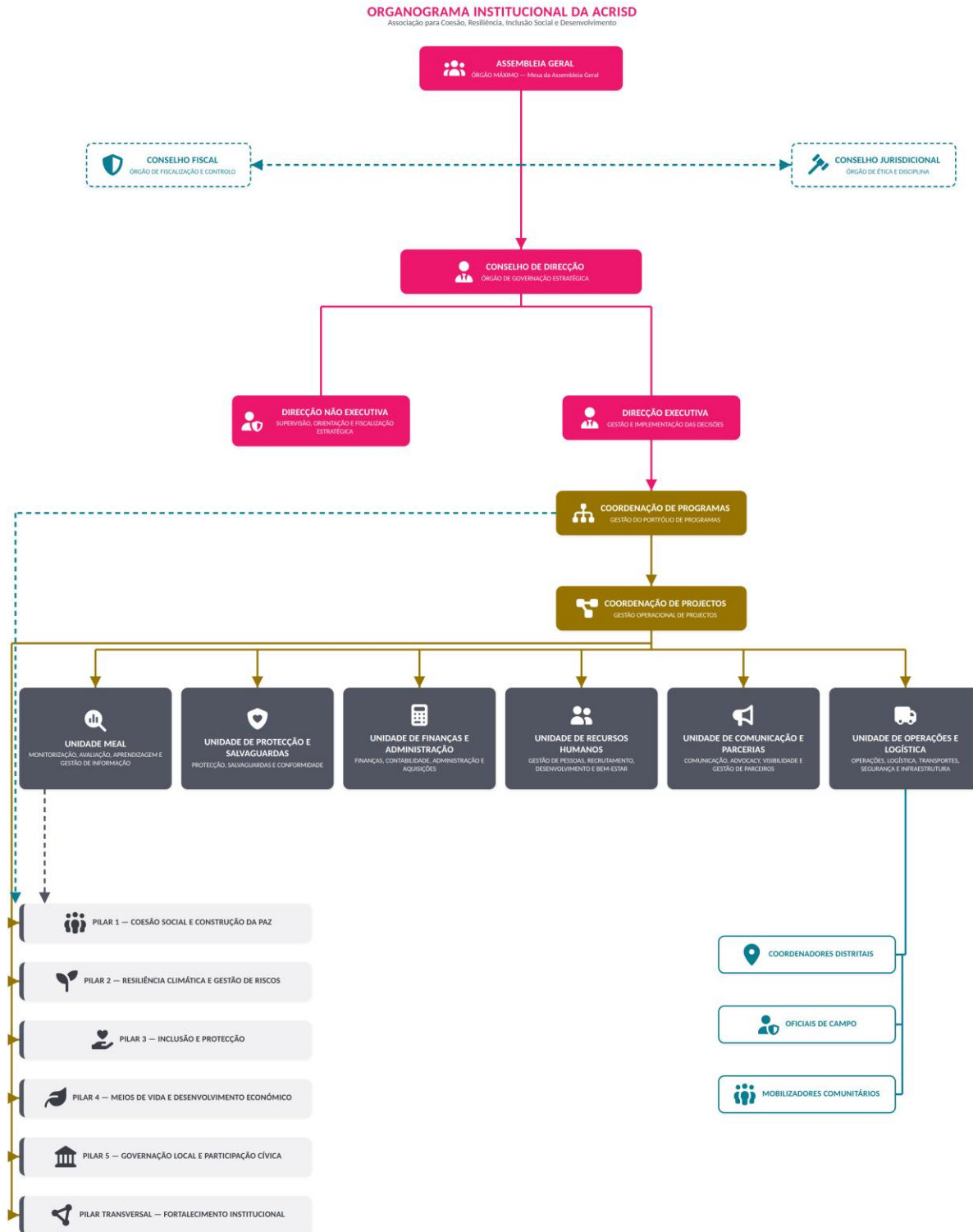


Figura 1. Organograma institucional da ACRISD

4. PILARES ESTRATÉGICOS

Os seis pilares estratégicos da ACRISD representam a estrutura central da sua intervenção e traduzem, de forma prática, a missão de promover coesão social, resiliência comunitária, inclusão e desenvolvimento sustentável, bem como a visão de se tornar uma referência nacional e regional em iniciativas que integram protecção, sustentabilidade e participação cidadã. Cada pilar reflecte uma abordagem integrada, centrada nas pessoas, baseada em evidências e alinhada com os desafios sociais, económicos e ambientais das comunidades.



PILAR 1 – COESÃO SOCIAL E CONSTRUÇÃO DA PAZ

O objectivo deste pilar é de fortalecer relações sociais, promover convivência pacífica e prevenir conflitos. Este pilar responde directamente aos desafios sociais e comunitários resultantes do conflito armado em Cabo Delgado, que fragmentou relações, destruiu mecanismos tradicionais de convivência e gerou tensões entre deslocados, retornados e comunidades anfitriãs. A ACRISD actua para reconstruir o tecido social, promover reconciliação e criar espaços seguros de diálogo, onde diferentes grupos possam expressar preocupações, resolver conflitos e fortalecer confiança mútua.

O pilar integra acções de mediação comunitária, educação para a paz, prevenção do extremismo violento e reintegração social, com enfoque em jovens, mulheres e líderes comunitários. A abordagem é participativa, culturalmente sensível e baseada em práticas tradicionais de resolução de conflitos, combinadas com metodologias modernas de *peacebuilding*.

Impacto esperado: comunidades mais unidas, resilientes e capazes de gerir conflitos de forma pacífica.

Quadro 1. Descrição do Pilar 1 – Coesão Social e Construção da Paz

Pilar 1 – Coesão Social e Construção da Paz	Eixo 1.1 – Diálogo comunitário estruturado	Criação de plataformas permanentes de diálogo entre líderes comunitários, religiosos, jovens, mulheres, deslocados e retornados, para reconstruir confiança, prevenir conflitos e promover reconciliação.
	Eixo 1.2 – Mediação comunitária e resolução de conflitos	Formação de mediadores locais e fortalecimento de mecanismos tradicionais de resolução de conflitos familiares, comunitários e intergrupais
	Eixo 1.3 – Reintegração de deslocados e retornados	Apoio a processos de retorno seguro, reintegração social e convivência pacífica entre deslocados, retornados e comunidades de acolhimento
	Eixo 1.4 – Educação para a paz e cidadania	Criação de clubes de paz, actividades extracurriculares e campanhas em escolas e comunidades sobre tolerância, respeito e resolução pacífica de conflitos
	Eixo 1.5 – Prevenção do extremismo violento	Programas de engajamento juvenil, diálogo intergeracional e oportunidades económicas para reduzir vulnerabilidades ao recrutamento por grupos armados

PILAR 2 – RESILIÊNCIA CLIMÁTICA E GESTÃO DE RISCOS

Moçambique é um dos países mais vulneráveis do mundo a ciclones, cheias, secas e erosão costeira. Em Cabo Delgado, estes fenómenos afectam directamente meios de vida, segurança alimentar e infra-estruturas comunitárias. Este pilar foi pensado com o objectivo de aumentar a capacidade das comunidades para prevenir, resistir e se recuperar de choques climáticos, fortalecendo a capacidade das comunidades para antecipar, preparar e responder a eventos climáticos extremos, através de:

- Planos comunitários de redução de riscos (DRR)
- Sistemas de alerta precoce
- Agricultura resiliente
- Reabilitação de ecossistemas costeiros e mangais
- Educação ambiental

A ACRISD promove práticas sustentáveis, tecnologias apropriadas e soluções baseadas na natureza, garantindo que as comunidades não apenas sobrevivam aos choques, mas também recuperem de forma mais rápida e sustentável.

Impacto esperado: comunidades mais preparadas, com menor vulnerabilidade e maior capacidade de adaptação climática.

Quadro 2. Descrição do Pilar 2 – Resiliência Climática e Gestão de Riscos

Pilar 2 – Resiliência Climática e Gestão de Riscos	Eixo 2.1 – Planos comunitários de redução de riscos (DRR)	Elaboração participativa de planos DRR em comunidades prioritárias, com mapeamento de riscos, vulnerabilidades e medidas de mitigação.
	Eixo 2.2 – Agricultura resiliente e segurança alimentar	Promoção de práticas agrícolas resilientes (agrofloresta, conservação de solos, sementes melhoradas, irrigação eficiente) para reduzir perdas e aumentar a produção
	Eixo 2.3 – Reabilitação de ecossistemas costeiros e mangais	Restauração de mangais, dunas e zonas costeiras degradadas para reduzir erosão, proteger comunidades e reforçar serviços ecossistémicos.
	Eixo 2.4 – Sistemas comunitários de alerta precoce	Implementação de mecanismos simples e acessíveis de alerta para ciclones, cheias e outros eventos extremos, em coordenação com o INGD
	Eixo 2.5 – Educação ambiental e gestão de resíduos	Campanhas comunitárias e escolares sobre conservação ambiental, redução de lixo, reciclagem e adaptação às mudanças climáticas.

PILAR 3 – INCLUSÃO SOCIAL E PROTECÇÃO

Com o objectivo de Garantir que grupos vulneráveis tenham acesso a protecção, apoio psicossocial e oportunidades. Este pilar centra-se em mulheres, crianças, jovens, idosos, pessoas com deficiência e famílias deslocadas — grupos que enfrentam riscos elevados de violência, exclusão e discriminação. A ACRISD actua para:

- Criar espaços seguros
- Prevenir e responder à violência baseada no género (VBG)
- Garantir protecção infantil
- Oferecer apoio psicossocial
- Promover inclusão de pessoas com deficiência
- Implementar mecanismos de queixa e accountability

A abordagem é baseada em direitos humanos, salvaguardas e princípios de protecção, garantindo que ninguém seja deixado para trás. O pilar também fortalece redes comunitárias de protecção e referência, trabalhando em estreita colaboração com SDSMAS, SDEJT, MGCAS e parceiros humanitários.

Impacto esperado: comunidades mais seguras, inclusivas e com sistemas de protecção funcionais.

Quadro 3. Descrição do Pilar 3 – Inclusão Social e Protecção

Pilar 3 – Inclusão Social e Protecção	Eixo 3.1 – Espaços seguros para mulheres, crianças e jovens	Criação de espaços seguros com serviços de apoio psicossocial, informação, formação e protecção para grupos vulneráveis
	Eixo 3.2 – Prevenção e resposta à violência baseada no género (VBG)	Formação de activistas comunitários, campanhas de sensibilização, mecanismos de referência e apoio psicossocial a sobreviventes
	Eixo 3.3 – Inclusão de pessoas com deficiência	Adaptação de programas, promoção de acessibilidade física e comunicacional, e provisão de dispositivos de apoio para garantir participação plena
	Eixo 3.4 – Mecanismos de queixa, feedback e accountability	Criação de canais seguros, confidenciais e acessíveis para queixas, denúncias e feedback de beneficiários e comunidades
	Eixo 3.5 – Apoio psicossocial comunitário	Formação de para-profissionais locais em primeiros socorros psicológicos e acompanhamento básico, com referência para serviços especializados

PILAR 4 – DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E MEIOS DE VIDA

O conflito e os choques climáticos destruíram meios de subsistência e agravaram o desemprego juvenil e feminino. O objectivo deste pilar é de promover oportunidades económicas, empreendedorismo e meios de vida sustentáveis, visando criar oportunidades económicas reais, sustentáveis e inclusivas, através de:

- Formação profissional
- Empreendedorismo juvenil e feminino
- Start-up kits
- Economia verde e circular
- Ligações a mercados e cadeias de valor

A ACRISD promove modelos de negócio adaptados ao contexto local, incentiva inovação e apoia iniciativas que geram rendimento, autonomia e dignidade. O pilar também contribui para reduzir vulnerabilidades ao extremismo violento, fortalecendo a estabilidade económica das famílias.

Impacto esperado: jovens e mulheres economicamente activos, negócios sustentáveis e comunidades com maior autonomia financeira.

Quadro 4. Descrição do Pilar 4 – Desenvolvimento Económico e Meios de Vida

Pilar 4 – Desenvolvimento Económico e Meios de Vida	Eixo 4.1 – Formação profissional e competências técnicas	Cursos de curta e média duração em áreas técnicas, de serviços e ofícios, com foco em empregabilidade de jovens e mulheres
--	---	--

Pilar 4 – Desenvolvimento Económico e Meios de Vida	Eixo 4.1 – Formação profissional e competências técnicas	Cursos de curta e média duração em áreas técnicas, de serviços e ofícios, com foco em empregabilidade de jovens e mulheres
	Eixo 4.2 – Empreendedorismo juvenil e feminino	Programas de incubação, mentoria, gestão financeira e desenvolvimento de planos de negócio para pequenos empreendimentos
	Eixo 4.3 – Start-up kits e apoio à iniciação de negócios	Distribuição de kits de ferramentas, equipamentos e insumos para apoiar o arranque de actividades económicas viáveis
	Eixo 4.4 – Economia verde e circular	Promoção de iniciativas de reciclagem, compostagem, energias renováveis e negócios ambientalmente sustentáveis
	Eixo 4.5 – Ligações a mercados e cadeias de valor	Facilitação de acesso a compradores, feiras, contratos e integração em cadeias de valor locais e regionais

PILAR 5 – GOVERNAÇÃO LOCAL E PARTICIPAÇÃO CÍVICA

A governação local em Cabo Delgado enfrenta desafios de capacidade, transparência e participação cidadã. Este pilar fortalece mecanismos de governação democrática, aproximando cidadãos e instituições públicas, através de reforço da governação local, aumento da participação comunitária e promoção da transparência.

Inclui acções como:

- Monitoria social de serviços públicos
- Orçamento participativo
- Formação em cidadania e liderança juvenil
- Fortalecimento de conselhos comunitários e comités locais
- Advocacia e participação cívica

A ACRISD promove uma cultura de prestação de contas, diálogo entre governo e comunidades e participação activa de jovens e mulheres nos processos de tomada de decisão.

Impacto esperado: instituições mais transparentes, cidadãos mais participativos e comunidades mais empoderadas.

Quadro 5. Descrição do Pilar 5 – Governação Local e Participação Cívica

Pilar 5 – Governação Local e Participação Cívica	Eixo 5.1 – Monitoria social de serviços públicos	Capacitação de comunidades para monitorizar qualidade de serviços (saúde, educação, água, protecção) e produzir relatórios de monitoria social
	Eixo 5.2 – Orçamento participativo e planeamento inclusivo	Apoio a municípios e estruturas locais para envolver cidadãos na definição de prioridades e alocação de recursos
	Eixo 5.3 – Liderança juvenil, cidadania e advocacia	Formação de jovens em direitos, participação cívica, advocacia e diálogo com autoridades locais
	Eixo 5.4 – Fortalecimento de conselhos comunitários e comités locais	Apoio técnico e organizacional a conselhos consultivos, comités de gestão de recursos e outras estruturas de governação local

PILAR TRANSVERSAL – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

O objectivo deste pilar é de garantir que a ACRISD seja uma organização forte, transparente, eficiente e sustentável. Este pilar garante que a ACRISD tenha a capacidade institucional necessária para implementar programas de qualidade, captar recursos e manter padrões internacionais de gestão. Inclui a legalização e conformidade institucional, desenvolvimento de políticas internas (PSEA, anticorrupção, RH, finanças, protecção infantil), sistema MEAL robusto, gestão financeira transparente, captação de recursos e parcerias estratégicas, formação contínua da equipa, desenvolvimento de sistemas administrativos e tecnológicos e comunicação institucional e visibilidade. É o pilar que sustenta todos os outros, garantindo que a ACRISD opere com profissionalismo, ética e eficiência, transformando a ACRISD numa organização sólida, credível e reconhecida como parceira estratégica por doadores e instituições públicas.

Quadro 6. Descrição do Pilar Transversal – Fortalecimento Institucional da ACRISD

Pilar Transversal – Fortalecimento Institucional da ACRISD	Eixo 6.1 – Legalização e conformidade institucional	Cumprimento de todos os requisitos legais, fiscais e administrativos para funcionamento formal da ACRISD
	Eixo 6.2 – Sistemas internos de gestão e governação	Desenvolvimento de organograma, manuais de procedimentos, políticas de RH, finanças, compras e gestão de risco
	Eixo 6.3 – Sistema de MEAL (Monitoria, Avaliação, Accountability e Aprendizagem)	Definição de indicadores, ferramentas digitais, rotinas de recolha e análise de dados, e mecanismos de feedback
	Eixo 6.4 – Salvaguardas, ética e protecção	Implementação de políticas de PSEA, protecção infantil, anticorrupção, código de conduta e formação contínua da equipa
	Eixo 6.5 – Captação de	Elaboração e submissão de propostas,

Pilar Transversal – Fortalecimento Institucional da ACRISD	Eixo 6.1 – Legalização e conformidade institucional	Cumprimento de todos os requisitos legais, fiscais e administrativos para funcionamento formal da ACRISD
	recursos e sustentabilidade financeira	diversificação de fontes de financiamento e desenvolvimento de parcerias estratégicas
	Eixo 6.6 – Parcerias e articulação institucional	Estabelecimento de MoUs e colaboração com Governo, Agências da ONU, ONGs, sector privado e redes da sociedade civil

5. PLANO OPERACIONAL 2026–2030

Quadro 7. Plano operacional da ACRISD

Fase	Período	Objectivo	Componentes Principais	Resultados Esperados
FASE 1 — Legalização e Estruturação	2026	Estabelecer a base legal, administrativa e técnica da ACRISD	• Legalização e registo oficial • Criação dos órgãos sociais • Políticas internas (RH, finanças, ética, salvaguardas) • Identidade institucional (logo, website, comunicação) • Estrutura administrativa e financeira • Sistema MEAL inicial (indicadores, ferramentas digitais) • Portfólio institucional	• ACRISD legalizada e reconhecida • Estrutura administrativa funcional • Políticas internas aprovadas • Identidade institucional consolidada • Sistema MEAL básico operacional
FASE 2 — Mobilização de Fundos e Consolidação	2027	Garantir sustentabilidade financeira e capacidade técnica para iniciar programas	• Mapeamento de doadores e parceiros • Elaboração de propostas de financiamento • Estabelecimento de parcerias estratégicas • Diagnósticos comunitários participativos • Desenvolvimento de projectos por pilar • Formação da equipa (MEAL, protecção, DRR, gestão de projectos) • Consolidação do sistema MEAL (dashboards, relatórios, accountability)	• Portfólio de projectos completo • Pelo menos 5 propostas submetidas • Parcerias nacionais e internacionais activas • Equipa técnica capacitada • Sistema MEAL consolidado
FASE 3 —	2028–	Executar programas	• Implementação de	• Programas

Fase	Período	Objectivo	Componentes Principais	Resultados Esperados
Implementação Plena dos Programas	2030	integrados nos seis pilares com impacto mensurável	projectos nos 6 pilares • Abordagem multisectorial e integrada • Expansão territorial (mínimo 5 distritos) • Coordenação com autoridades e comunidades • Monitoria e avaliação contínuas • Avaliação de meio-termo (2029) e final (2030) • Estratégias de sustentabilidade e transição	implementados com impacto comprovado • Comunidades mais resilientes e inclusivas • Governação local fortalecida • ACRISD reconhecida como referência regional • Base sólida para o Plano 2031–2035

O orçamento das actividades previstas em cada fase do Plano Operacional será elaborado, analisado e aprovado pelos órgãos competentes da ACRISD — nomeadamente a Direcção Executiva e o Conselho Fiscal — antes do início de cada etapa. Este processo assegura transparência, conformidade e responsabilidade financeira, garantindo que os recursos sejam alocados de forma eficiente e alinhada às prioridades estratégicas da organização.

6. MONITORIA E AVALIAÇÃO – QUADRO LÓGICO

O sistema de monitoria e avaliação da ACRISD assenta no quadro lógico apresentado neste capítulo, que traduz a estrutura programática do Plano em quatro níveis de resultados: o objectivo geral (impacto), os resultados associados a cada pilar, os produtos correspondentes a cada eixo de intervenção e as actividades detalhadas nos planos anuais. Para cada nível são definidos indicadores, linha de base, meta para 2030, fonte de verificação e os pressupostos e riscos de que depende a cadeia de resultados.

A operacionalização do quadro lógico é feita, em cada projecto, através do Plano de Monitoria e Avaliação (ACR-PRO-03) previsto no Manual Operativo da ACRISD, que fixa a periodicidade de recolha, o responsável por cada indicador e os instrumentos de registo aplicáveis, designadamente as actas de reunião (ACR-PRO-04), as listas de presenças (ACR-PRO-05) e as listas de distribuição (ACR-PRO-06). Todos os indicadores de pessoas são desagregados por sexo, idade e situação de deficiência.

As linhas de base assinaladas com valor zero correspondem a intervenções que se iniciam no presente ciclo estratégico; as restantes serão fixadas no estudo de base a realizar em 2026. As metas são revistas na avaliação de meio-termo, prevista para 2029.

Quadro 8. Quadro Lógico do Plano Estratégico 2026–2030

Nível	Enunciado	Indicador	Linha de base (2026)	Meta 2030	Fonte de verificação	Pressupostos e riscos
Objectivo Geral (Impacto)	Contribuir para comunidades coesas, resilientes, inclusivas e economicamente activas nos distritos de intervenção de Cabo Delgado.	N.º de pessoas beneficiárias directas (desagregado por sexo, idade e deficiência); N.º de comunidades cobertas	0	12.000 pessoas; 20 comunidades em 3 distritos	Base de dados MEAL; relatórios anuais; avaliações de meio-termo (2029) e final (2030)	Manutenção do acesso e das condições mínimas de segurança; financiamento mobilizado conforme o Plano Operacional
Resultado 1 — Pilar 1: Coesão Social e Construção da Paz	Relações sociais fortalecidas, convivência pacífica promovida e conflitos prevenidos nas comunidades-alvo.	% de conflitos reportados resolvidos por via comunitária; % de pessoas que reportam melhoria da confiança intergrupala	A fixar no estudo de base (2026)	50% dos conflitos resolvidos; 60% de percepção de melhoria	Registos das plataformas de diálogo; inquéritos de percepção (base, meio-termo, final)	Adesão das lideranças comunitárias e religiosas; ausência de reescalada do conflito armado
Produto 1.1	Diálogo comunitário	N.º de plataformas de diálogo	0	12 plataformas funcionais;	Actas de reunião	Disponibilidade das

Nível	Enunciado	Indicador	Linha de base (2026)	Meta 2030	Fonte de verificação	Pressupostos e riscos
	estruturado.	criadas e funcionais; N.º de sessões realizadas		120 sessões	(ACR-PRO-04); listas de presenças (ACR-PRO-05)	autoridades locais para participar
Produto 1.2	Mediação comunitária e resolução de conflitos.	N.º de mediadores comunitários formados e activos (desagregado por sexo)	0	96 mediadores, dos quais ≥40% mulheres	Registos de formação; certificados; listas de presenças (ACR-PRO-05)	Retenção dos mediadores formados nas comunidades
Produto 1.3	Reintegração de deslocados e retornados.	N.º de famílias apoiadas em processos de retorno e reintegração	0	1.200 famílias	Listas de distribuição (ACR-PRO-06); registos dos SDSMAS; fichas de acompanhamento	Continuidade dos movimentos de retorno; coordenação com o INGD e os SDSMAS
Produto 1.4	Educação para a paz e cidadania.	N.º de clubes de paz activos; N.º de crianças e jovens envolvidos	0	20 clubes; 2.400 crianças e jovens	Registos escolares; listas de presenças; relatórios de actividade	Colaboração dos SDEJT e das direcções escolares
Produto 1.5	Prevenção do extremismo violento.	N.º de jovens em risco envolvidos em programas de engajamento e oportunidades económicas	0	600 jovens	Registos de inscrição; fichas individuais; relatórios de monitoria	Aceitação comunitária das actividades; articulação efectiva com o Pilar 4
Resultado 2 — Pilar 2: Resiliência Climática e Gestão de Riscos	Capacidade das comunidades para prevenir, resistir e recuperar de choques climáticos aumentada.	N.º de comunidades com plano DRR aprovado e em execução; N.º de famílias com meios de vida resilientes	0	12 planos DRR; 1.200 famílias	Planos DRR validados pelo INGD; inquéritos a agregados familiares	Articulação efectiva com o INGD e os SDAE; ausência de choques de magnitude excepcional
Produto 2.1	Planos comunitários de redução de riscos (DRR).	N.º de planos DRR elaborados participativamente e aprovados	0	30 planos	Planos aprovados; actas de validação comunitária	Disponibilidade de dados de risco ao nível local
Produto 2.2	Agricultura resiliente e	N.º de agricultores a aplicar	0	900 agricultores (≥50%)	Registos de assistência	Acesso a sementes e

Nível	Enunciado	Indicador	Linha de base (2026)	Meta 2030	Fonte de verificação	Pressupostos e riscos
	segurança alimentar.	pelo menos duas práticas resilientes		mulheres)	técnica; inquéritos de práticas agrícolas	insumos adequados
Produto 2.3	Reabilitação de ecossistemas costeiros e mangais.	Hectares de mangal e de zona costeira em recuperação	0	40 hectares	Relatórios de campo; registos fotográficos georreferenciados	Licenciamento ambiental e adesão comunitária
Produto 2.4	Sistemas comunitários de alerta precoce.	N.º de comunidades com sistema de alerta precoce funcional	0	12 comunidades	Protocolos de alerta; relatórios de simulação; registos do INGD	Cobertura mínima de rede de comunicação
Produto 2.5	Educação ambiental e gestão de resíduos.	N.º de campanhas comunitárias e escolares realizadas	0	36 campanhas	Relatórios de campanha; listas de presenças	Colaboração das escolas e das autoridades municipais
Resultado 3 — Pilar 3: Inclusão Social e Protecção	Grupos vulneráveis com acesso a protecção, apoio psicossocial e oportunidades.	N.º de pessoas de grupos vulneráveis apoiadas; N.º de casos de VBG identificados e referenciados	0	5.000 pessoas apoiadas; 120 casos/ano referenciados com resposta documentada	Base de dados de gestão de casos; registos dos SDSMAS; fichas de referência	Existência e funcionamento dos serviços de referência no distrito
Produto 3.1	Espaços seguros para mulheres, crianças e jovens.	N.º de espaços seguros criados e funcionais	0	6 espaços	Relatórios de funcionamento; registos de frequência	Cedência de instalações pelas autoridades locais
Produto 3.2	Prevenção e resposta à violência baseada no género (VBG).	N.º de activistas comunitários formados; N.º de sobreviventes com apoio psicossocial	0	120 activistas; 360 sobreviventes apoiados	Registos de formação; fichas de gestão de casos	Confidencialidade assegurada; adesão das comunidades
Produto 3.3	Inclusão de pessoas com deficiência.	% de actividades com medidas de acessibilidade documentadas; N.º de pessoas	0	100% das actividades; 200 pessoas	Checklists de acessibilidade; listas de distribuição (ACR-PRO-06)	Disponibilidade de dispositivos no mercado nacional

Nível	Enunciado	Indicador	Linha de base (2026)	Meta 2030	Fonte de verificação	Pressupostos e riscos
		apoiadas com dispositivos				
Produto 3.4	Mecanismos de queixa, feedback e accountability.	N.º de canais funcionais; % de queixas tratadas no prazo de 72 horas	0	Canais activos em 100% das comunidades; ≥80% das queixas com primeira resposta em 72 horas e 100% encerradas em 30 dias	Registo de queixas; relatórios trimestrais da Unidade de MEAL	Confiança das comunidades nos mecanismos disponibilizados
Produto 3.5	Apoio psicossocial comunitário.	N.º de para-profissionais locais formados em primeiros socorros psicológicos	0	90 para-profissionais	Registos de formação; certificados	Retenção e supervisão técnica continuada
Resultado 4 — Pilar 4: Desenvolvimento Económico e Meios de Vida	Oportunidades económicas, empreendedorismo e meios de vida sustentáveis promovidos.	N.º de pessoas formadas; N.º de negócios criados ou reforçados; % de negócios activos 12 meses após o apoio	0	2.400 formados; 400 negócios; ≥50% activos aos 12 meses	Certificados; registos de acompanhamento; inquéritos de seguimento	Procura de mercado e acesso mínimo a crédito
Produto 4.1	Formação profissional e competências técnicas.	N.º de formandos certificados (desagregado por sexo e idade)	0	2.400 formandos (≥50% mulheres; ≥60% jovens)	Certificados; listas de presenças (ACR-PRO-05)	Disponibilidade de centros de formação e de formadores
Produto 4.2	Empreendedorismo juvenil e feminino.	N.º de planos de negócio elaborados e apoiados com mentoria	0	400 planos de negócio	Planos de negócio arquivados; fichas de mentoria	Adesão dos participantes aos ciclos de incubação
Produto 4.3	Start-up kits e apoio à iniciação de negócios.	N.º de kits distribuídos	0	300 kits	Listas de distribuição (ACR-PRO-06); processos de aquisição	Cumprimento dos prazos de aquisição e de logística
Produto 4.4	Economia verde e circular.	N.º de iniciativas de economia verde ou circular apoiadas	0	24 iniciativas	Fichas de projecto; relatórios de acompanhamento	Viabilidade técnica e de mercado ao nível local

Nível	Enunciado	Indicador	Linha de base (2026)	Meta 2030	Fonte de verificação	Pressupostos e riscos
Produto 4.5	Ligações a mercados e cadeias de valor.	N.º de produtores ou negócios com ligação formal a compradores ou cadeias de valor	0	160 produtores ou negócios	Contratos e acordos comerciais; registos de feiras	Estabilidade das vias de acesso e dos mercados
Resultado 5 — Pilar 5: Governação Local e Participação Cívica	Governação democrática local fortalecida e participação cívica ampliada.	N.º de estruturas locais de governação apoiadas e funcionais; N.º de líderes comunitários e juvenis formados	0	12 estruturas funcionais; 120 líderes formados (≥40% mulheres)	Actas; relatórios de monitoria social; registos das autoridades distritais	Abertura das instituições públicas ao escrutínio comunitário
Produto 5.1	Monitoria social de serviços públicos.	N.º de relatórios de monitoria social produzidos e partilhados com as autoridades	0	24 relatórios	Relatórios; comprovativos de entrega; actas de auscultação	Acesso à informação sobre a prestação de serviços públicos
Produto 5.2	Orçamento participativo e planeamento inclusivo.	N.º de processos de planeamento local com participação comunitária facilitada	0	9 processos	Actas dos processos; planos locais aprovados	Adesão dos municípios e das estruturas distritais
Produto 5.3	Liderança juvenil, cidadania e advocacia.	N.º de jovens formados em cidadania e advocacia	0	300 jovens	Listas de presenças; certificados	Espaço cívico preservado
Produto 5.4	Fortalecimento de conselhos comunitários e comités locais.	N.º de conselhos e comités com apoio técnico e plano de acção próprio	0	12 estruturas	Planos de acção; actas; relatórios de assistência técnica	Estabilidade da composição das estruturas locais
Resultado Transversal — Pilar Transversal: Fortalecimento Institucional	ACRISD consolidada como organização forte, transparente, eficiente e sustentável.	N.º de parcerias formalizadas; % de recomendações de auditoria implementadas; N.º de fontes de financiamento activas	0	6 parcerias; ≥80% das recomendações implementadas; ≥3 fontes activas	MoU assinados; relatórios de auditoria; relatórios anuais aprovados pela Assembleia Geral	Estabilidade do quadro legal aplicável às organizações da sociedade civil

Nível	Enunciado	Indicador	Linha de base (2026)	Meta 2030	Fonte de verificação	Pressupostos e riscos
Produto T.1	Legalização e conformidade institucional.	Registo legal, fiscal e de segurança social concluídos	Não constituída (2026)	100% dos requisitos cumpridos em 2026	Certidões e registos oficiais	Cumprimento dos prazos administrativos pelas entidades competentes
Produto T.2	Sistemas internos de gestão e governação.	N.º de manuais e políticas aprovados e em aplicação	0	Manual Operativo, Manual Institucional de Salvaguardas e políticas de RH, finanças e aquisições aprovados e revistos a cada dois anos	Actas de aprovação da Direcção Executiva; versões controladas dos manuais	Disponibilidade dos órgãos sociais para aprovação tempestiva
Produto T.3	Sistema de MEAL.	Plano de M&A em uso nos projectos; N.º de relatórios trimestrais de desempenho de indicadores	0	100% dos projectos com plano de M&A; 4 relatórios por ano	Planos de M&A arquivados; relatórios trimestrais da Unidade de MEAL	Recursos afectos à função MEAL assegurados
Produto T.4	Salvaguardas, ética e protecção.	% de colaboradores, voluntários e parceiros formados em PSEA e Código de Conduta; % de casos tratados no prazo definido	0	100% formados anualmente; 100% dos casos tratados no prazo	Registos de formação; declarações de adesão ao Código de Conduta; registo de casos	Canais de denúncia acessíveis e efectivamente utilizados
Produto T.5	Captação de recursos e sustentabilidade financeira.	N.º de propostas submetidas; taxa de sucesso; meses cobertos pelo fundo de reserva	0	≥4 propostas até 2027 e ≥15 até 2030; fundo de reserva de 3 meses até 2030	Registo de propostas; contratos de financiamento; demonstrações financeiras auditadas	Manutenção de linhas de financiamento para Cabo Delgado
Produto T.6	Parcerias e articulação institucional.	N.º de MoU activos com Governo, Agências da ONU, ONG, sector privado e redes da	0	6 MoU activos	MoU assinados; relatórios de participação em clusters	Interesse recíproco dos parceiros

Nível	Enunciado	Indicador	Linha de base (2026)	Meta 2030	Fonte de verificação	Pressupostos e riscos
		sociedade civil				

7. GESTÃO DE RISCOS

A Gestão de Riscos da ACRISD é um processo contínuo, preventivo e integrado, que visa identificar, analisar, mitigar e monitorizar factores que possam comprometer a execução do Plano Estratégico 2026–2030. Este sistema assegura que a organização mantenha resiliência institucional, continuidade operacional e protecção das comunidades beneficiárias. Estes são os principais objectivos da gestão de riscos:

- Prevenir impactos negativos sobre operações, finanças, reputação e segurança
- Garantir conformidade com normas de salvaguardas ambientais, sociais e éticas
- Assegurar que decisões estratégicas sejam tomadas com base em cenários reais
- Reforçar a capacidade de resposta da ACRISD em contextos de crise

Quadro 9. Potenciais riscos e estratégias de mitigação

Tipo de Risco	Descrição	Estratégias de Mitigação
Financeiro	Insuficiência de fundos, atrasos de desembolso, dependência de poucos doadores	Diversificação de financiadores; planeamento orçamental; auditorias internas; fundo de reserva
Operacional	Falhas logísticas, limitações de recursos humanos, interrupções de actividades	Planos de contingência; formação contínua; protocolos operacionais; supervisão de campo
Ambiental e Climático	Cheias, ciclones, erosão, impactos ambientais negativos	Integração de DRR; avaliações ambientais; medidas de adaptação e mitigação
Social e Comunitário	Conflitos locais, resistência comunitária, tensões socioculturais	Engajamento comunitário; mediação; comunicação transparente; mecanismos de reclamação
Protecção e Ética	Violações de PSEA, VBG, abuso de poder, discriminação	Políticas de salvaguardas; formação obrigatória; canais de denúncia; resposta rápida
Reputacional	Perda de credibilidade, falhas de comunicação, incidentes públicos	Estratégia de comunicação; gestão de incidentes; transparência institucional
Segurança	Riscos associados ao contexto de Cabo	Avaliação de segurança; protocolos de

Tipo de Risco	Descrição	Estratégias de Mitigação
	Delgado (conflito, deslocamento)	movimentação; coordenação com autoridades

8. ANÁLISE FOFA (FORÇAS, OPORTUNIDADES, FRAQUEZAS E AMEAÇAS)

A análise FOFA permite compreender a posição estratégica da ACRISD, identificando elementos internos e externos que influenciam a execução do Plano Estratégico 2026–2030.

Quadro 10. Análise FOFA

FORÇAS (F)	FRAQUEZAS (Fq)
Equipa técnica experiente em MEAL, protecção, DRR, FSL e salvaguardas.	Estrutura institucional ainda em consolidação.
Forte ligação comunitária e conhecimento profundo do contexto local.	Dependência inicial de financiamento externo.
Identidade institucional clara e alinhada com prioridades humanitárias.	Recursos humanos limitados para expansão rápida.
Capacidade de actuação multisectorial em seis pilares.	Necessidade de reforço dos sistemas administrativos e financeiros.
Compromisso com ética, transparência e accountability.	Baixa visibilidade nacional e internacional no início do ciclo.
OPORTUNIDADES (O)	AMEAÇAS (A)
Forte presença de parceiros humanitários e de desenvolvimento em Cabo Delgado.	Instabilidade e insegurança em alguns distritos.
Prioridade governamental para resiliência, paz e inclusão.	Choques climáticos recorrentes (ciclones, cheias).
Disponibilidade de financiamentos internacionais para DRR, protecção, género e meios de vida.	Competição por financiamento entre OSCs.
Crescente procura por organizações locais com capacidade técnica.	Mudanças políticas ou regulatórias.
Possibilidade de parcerias com sector privado e universidades.	Riscos reputacionais associados a incidentes de protecção ou gestão.

9. POLÍTICA INTEGRADA DE SALVAGUARDAS, GÉNERO E PSEA DA ACRISD

A ACRISD compromete-se a garantir que todas as suas intervenções sejam seguras, inclusivas e livres de qualquer forma de abuso, exploração, discriminação ou violência. Esta política estabelece os princípios, normas e procedimentos que orientam a protecção de crianças, mulheres, pessoas com deficiência, deslocados, minorias e todos os beneficiários dos programas. O principal objectivo da política de Salvaguardas é assegurar que a ACRISD opere com os mais altos padrões de protecção, igualdade de género e prevenção de exploração e abuso sexual (PSEA), promovendo ambientes seguros para comunidades, parceiros e colaboradores.

Princípios Orientadores

- Dignidade e respeito
- Não causar dano (Do No Harm)
- Tolerância zero para abuso, exploração, assédio e discriminação
- Igualdade de género e inclusão
- Confidencialidade e protecção de dados
- Participação comunitária e accountability
- Transparência e imparcialidade

Âmbito de Aplicação

A política de Salvaguardas, Género e PSEA aplica-se a:

- Funcionários
- Voluntários
- Consultores
- Parceiros de implementação
- Prestadores de serviços
- Visitantes e representantes institucionais

Salvaguarda e Protecção

A ACRISD compromete-se a:

- Identificar e mitigar riscos de protecção em todos os projectos
- Garantir mecanismos seguros de denúncia
- Proteger crianças e adultos vulneráveis
- Integrar salvaguardas em todas as fases do ciclo do projecto

Igualdade de Género e Inclusão

A organização assegura:

- Participação equitativa de mulheres e homens
- Promoção de liderança feminina
- Acesso igualitário a serviços e oportunidades
- Integração de género em análises, indicadores e relatórios
- Acções afirmativas para grupos vulneráveis

PSEA – Prevenção de Exploração e Abuso Sexual

A ACRISD adopta uma política de tolerância zero e compromete-se a:

- Proibir relações sexuais com beneficiários
- Proibir troca de bens/serviços por favores sexuais
- Investigar todas as denúncias de forma rápida e imparcial
- Proteger denunciante e sobreviventes
- Formar toda a equipa em PSEA

Mecanismos de Denúncia

- Linha telefónica segura
- Caixas de reclamações
- Focal points comunitários
- Formulários digitais
- Procedimentos de resposta em 72 horas

Gestão de Casos

- Avaliação imediata de risco
- Apoio psicossocial e encaminhamento
- Investigação confidencial
- Medidas disciplinares e legais

10. PLANO DE SUSTENTABILIDADE INSTITUCIONAL DA ACRISD

Em termos de sustentabilidade, a ACRISD pretende tornar-se uma organização financeiramente estável, tecnicamente robusta e institucionalmente resiliente, capaz de manter operações de longo prazo. Neste contexto, foram definidos 5 eixos de sustentabilidade que acreditamos que sejam capazes de garantir a sustentabilidade pretendida.

Quadro 11. Plano de sustentabilidade institucional da ACRISD

EIXO DE SUSTENTABILIDADE	OBJECTIVO CENTRAL	RESULTADOS ESPERADOS (ATÉ 2030)	PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS
Sustentabilidade Financeira	Garantir estabilidade e diversificação de recursos	≥3 fontes de financiamento - Fundo de reserva de 6 meses - Crescimento anual de 15% do orçamento	- Plano anual de mobilização de recursos - Banco de propostas - Parcerias com financiadores - Serviços pagos (consultorias, formações, estudos)
Sustentabilidade Técnica	Reforçar competências, qualidade e inovação	- Certificação CHS até 2030 - 100% da equipa formada - Sistemas digitais operacionais	- Formação contínua (MEAL, PSEA, género) - SOPs e manuais técnicos - Digitalização (DHIS2, Kobo, Power BI)
Sustentabilidade Organizacional	Fortalecer governação, políticas e sistemas internos	- Políticas actualizadas e implementadas - RH profissionalizado - Processos auditáveis	- Revisão de políticas (RH, finanças, salvaguardas) - Sistema integrado de gestão documental - Auditorias internas e externas
Sustentabilidade Comunitária	Garantir continuidade e apropriação local dos resultados	- Comités comunitários funcionais - Mecanismos de <i>feedback</i> activos - Participação comunitária plena	- Formação de comités locais - Planos comunitários de resiliência - Accountability (caixas, focal points, reuniões públicas) - Parcerias com associações locais
Sustentabilidade de	Expandir alianças	- ≥10 novas parcerias	- Participação em clusters e

EIXO DE SUSTENTABILIDADE	OBJECTIVO CENTRAL	RESULTADOS ESPERADOS (ATÉ 2030)	PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS
Parcerias e Visibilidade	estratégicas e reforçar credibilidade	estratégicas - Reconhecimento regional da ACRISD	plataformas - MoUs com universidades e ONGs - Estratégia de comunicação institucional - Relatórios de impacto e <i>storytelling</i>

11. CONCLUSÃO

O Plano Estratégico 2026–2030 da ACRISD estabelece uma visão clara, integrada e orientada para resultados, reflectindo o compromisso da organização em promover coesão social, resiliência comunitária, inclusão e desenvolvimento sustentável em Cabo Delgado. Num contexto marcado por desafios humanitários, sociais, económicos e climáticos, este plano posiciona a ACRISD como um actor local estratégico, capaz de articular intervenções multisectoriais e de fortalecer a capacidade das comunidades para enfrentar crises e construir um futuro mais justo e sustentável.

Através dos seus seis pilares — Coesão Social e Construção da Paz, Resiliência Climática e Gestão de Riscos, Inclusão Social e Protecção, Desenvolvimento Económico e Meios de Vida, Governação Local e Participação Cívica, e Fortalecimento Institucional — a ACRISD define prioridades claras, metas mensuráveis e mecanismos robustos de monitoria e avaliação. Estes pilares reflectem não apenas as necessidades urgentes das comunidades, mas também o alinhamento com políticas nacionais, o PQG 2025–2029, os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável e as melhores práticas internacionais em acção humanitária e desenvolvimento.

O Plano Operacional, apresentado no Capítulo 5, estabelece uma trajectória realista e progressiva, iniciando pela consolidação institucional, avançando para a mobilização de recursos e culminando na implementação plena de programas integrados. A gestão de riscos e a análise FOFA reforçam a capacidade da ACRISD de antecipar desafios, mitigar ameaças e aproveitar oportunidades estratégicas, garantindo sustentabilidade e impacto.

Ao longo deste ciclo estratégico, a ACRISD compromete-se com transparência, ética, participação comunitária e aprendizagem contínua. A organização reconhece que o fortalecimento institucional é essencial para garantir qualidade programática, confiança dos parceiros e sustentabilidade financeira. Da mesma forma, reafirma que as comunidades são protagonistas do seu próprio desenvolvimento, e que soluções duradouras só são possíveis quando construídas de forma participativa, inclusiva e culturalmente sensível.

Assim, o Plano Estratégico 2026–2030 representa mais do que um guia operacional, um compromisso com a dignidade humana, com a paz e com a construção de comunidades resilientes e inclusivas. A ACRISD avança para este ciclo com determinação, responsabilidade e visão de futuro, preparada para contribuir de forma significativa para o desenvolvimento sustentável de Cabo Delgado e de Moçambique.